



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681293 - MG (2021/0225905-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO LOPES DE SOUZA
ADVOGADO : MARCELO LOPES DE SOUZA - MG087345
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO EUGENIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO EUGENIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.115899-3/000).

O paciente responde pelo crime de tráfico e teve seu pedido de revogação da prisão preventiva negado. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, e teve ao ordem denegada sob o seguinte argumento:

[...].

Em que pese sustentar-se na ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, não trouxe a defesa prova pré-constituída de suas alegações, uma vez que não cuidou de colacionar aos autos cópia de documentos necessários para a análise do pleito, tais como, CAC, dentre outros.

Assim, não há como examinar o pedido do presente writ.

Como cediço, em face das peculiaridades do rito do Habeas Corpus, a prova do que se alega na petição inicial deve ser pré-constituída.

À luz do exposto, DENEGA-SE A ORDEM.

Sustenta o impetrante que o paciente é mero usuário, e o material apreendido (3 porções de maconha) era para uso próprio. Aponta que deixou o Tribunal de origem de aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, em um caso de pouca quantidade de droga apreendida, e de apenas uma qualidade. Esclarece que o paciente, conforme certidão de antecedentes em anexo, não possui condenações nos últimos 5 anos. Ademais, o paciente possuiria ocupação lícita e residência fixa.

Requer, liminarmente e no mérito, a ordem de soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o

Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente